



Em 2023, luta será em defesa de melhores salários, do emprego e condições dignas de trabalho

Em 2023, o estado de São Paulo estará sob nova direção. Sai o governo Doria-Garcia, entra o governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) e seu vice Felício Ramuth (PSD). Com eles, vem a preocupação com a possível reprodução, em São Paulo, da agenda do governo Bolsonaro, do qual tiveram apoio, caracterizada pela retirada de direitos e ataques aos serviços públicos. O anúncio dos novos secretários de estado, como você vê na *página 2*, amplia tais temores.

Uma coisa é fato: A história nos ensina que só a nossa mobilização é capaz de conquistar vitórias. Se queremos que a superintendência e o novo governo negociem efetivamente nossas reivindicações em 2023, teremos que ir à luta, nos mobilizar em cada local de trabalho e, se preciso, partir para a greve!

Reajuste: Salários congelados e inflação em alta

Após anos de congelamento, em 2022, já de olho no cenário eleitoral, o então governador Doria anunciou (sem negociação) um reajuste diferenciado para o funcionalismo: 20% para a saúde e a segurança pública, 10% às demais categorias (aí incluído o Centro). É evidente que o índice passou longe de devolver o poder de compra corroído pela inflação.

E eis que, em novembro de 2022, antes da posse do novo governo, a Assembleia Legislativa aprovou, em regime de urgência, um aumento de 50% nos salários do futuro governador a partir de janeiro 2023. De acordo com o projeto aprovado (PL 592/2022), os subsídios do governador serão corrigidos dos atuais R\$ 23.048,59 para R\$ 34.572,89.

Se Tarcísio, seu vice e secretários sentem a necessidade de corrigir seus salários, o mesmo vale para o conjunto do funcionalismo. Queremos 50% de reajuste para todos e todas!

Em 2023, o Sinteps quer negociar a reposição das perdas e, também, a revisão da carreira.

Queremos o mesmo reajuste do novo governador: 50% para todos e todas! Queremos a revisão da carreira

Revisão da carreira: Sinteps pressiona por continuidade da comissão conjunta sob novo governo

A implantação da carreira dos trabalhadores do Centro, em 2014, foi produto de muita luta, inclusive com uma longa e combativa greve. Nos anos que se seguiram, o Sindicato continuou reivindicando tudo o que ficou de fora.

A revisão da carreira é um dos itens mais importantes da pauta do Sindicato, pois apresenta a possibilidade de solução de várias reivindicações centrais dos trabalhadores do Centro, como é o caso de novas tabelas salariais reajustadas para todos.

No final de 2019, após muita insistência do Sinteps, a direção do Centro concordou em montar um grupo de trabalho entre as partes para discutir a revisão da carreira. Com o início da pandemia, no começo do ano seguinte, as reuniões do GT foram congeladas, mas retornaram a partir de janeiro de 2022.

As reuniões foram consideradas produtivas pelo Sinteps, com possibilidades de caminhar para uma proposta conjunta satisfatória para os/as trabalhadores/as do Centro Paula Souza. Se o trabalho avançar até este ponto, caberá ao governo estadual referendá-la (ou não) e encaminhá-la à Assembleia Legislativa para votação.

A vitória de Tarcísio de Freitas, a bordo de um programa político semelhante ao do governo Bolsonaro, traz inquietação sobre os próximos passos. Será preciso, sem dúvida, muita mobilização em 2023 para fazer avançar nossas reivindicações.

Os principais pontos que queremos mudar ou introduzir na carreira:

- Revisão das tabelas salariais;
- Enquadramento especial por titulação para auxiliares docentes e técnico-administrativos;
- Instituição do 3º nível ao pessoal do nível básico;
- Jornada para a carreira docente (10, 20, 30 e 40 h);
- Fim das avaliações por desempenho (respeito à antiguidade, de 2 em 2 anos);
- Fim do interstício para as titulações;
- Efetiva implantação do plano de saúde institucional aprovado em 2014;
- Extensão da licença gestante de 180 dias às celetistas.



Organizar, mobilizar e conquistar! SEMPRE NA LUTA!

Pauta entregue ao novo governador: Sinteps integra movimento de entidades do funcionalismo com reivindicações e pedido de audiência

A Frente Paulista em Defesa dos Serviços Públicos

– que agrupa os sindicatos do funcionalismo paulista, entre eles o Sinteps) – entregou à equipe de transição do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), no dia 13/12, um documento com as principais reivindicações do conjunto das categorias e o pedido de agendamento de audiência. Guardadas algumas especificidades, todas também dizem respeito aos/às servidores/as do Centro Paula Souza. Confira algumas:

- **Justiça para aposentados e pensionistas:** Devolução dos valores que foram confiscados dos/as aposentados/as e pensionistas da SPPREV, pelo Decreto 65.021/2020.

- **Recomposição das perdas salariais do conjunto do funcionalismo:** Cumprimento da data-base do funcionalismo, 1º de março, com a revisão geral anual de salários, assegure-



rando-se reposição de perdas e política de aumento real, para servidores/as da ativa e aposentados/as.

- **Diálogo, negociação e transparência:** Criar ‘Mesa de Negociação Permanente’ com as entidades do funcionalismo. A mesma mesa deve existir em todas as secretarias, empresas e setores.

- **Valorização salarial e profissional:** Planos de carreira com conversação de forma paritária; obrigatoriedade de realização de concursos públicos para todos os cargos vagos; o retorno ao direito das faltas abonadas; criação de programas de formação continuada para o funcionalismo público; entre outras.

Além das pautas conjuntas com o funcionalismo, o Sinteps quer debater com a direção do Centro Paula Souza e o novo governo as pautas específicas dos servidores/as da instituição (salários, revisão da carreira etc.), como mostram as demais matérias deste boletim.

Secretários anunciados têm perfil privatista e empresarial. Na segurança, um defensor da violência policial

O futuro governador Tarcísio de Freitas já confirmou vários nomes para o secretariado paulista. Entre eles, alguns apresentam perfil privatista e empresarial ostensivo. É o caso de Renato Feder, anunciado para a Educação, Samuel Kinoshita (Fazenda) e Jorge Luís Lima (Desenvolvimento Econômico). O Centro Paula Souza está alocado nesta última.

Feder, recém-saído da secretaria da Educação do Paraná, traz na bagagem a terceirização de boa parte dos funcionários das escolas estaduais, a contratação de uma universidade privada para fornecer teleaulas no ensino médio, em lugar de contratar professores, e a passagem da gestão escolar para empresas privadas. Confira matéria do Sinteps sobre o novo secretário na sessão de notícias do site (www.sinteps.org.br).

Lima e Kinoshita, por sua vez, foram assessores do ultraliberal ministro da Economia do governo Bolsonaro, Paulo Guedes, que disparou seguidas granadas contra os serviços públicos (cortes na saúde, na educação, na ciência e na pesquisa) e o funcionalismo público.

O futuro secretário de Segurança Pública, o deputado federal reeleito Guilherme Muraro Derrite (PL), o Capitão Derrite, é famoso por defender pautas conservadoras

e a morte de suspeitos pela polícia. “O camarada trabalhar cinco anos na rua e não ter pelo menos três mortes de suspeitos por tiros, na minha opinião é vergonhoso”, disse Derrite em 2015 (*Portal G1*, 2/12/2022).

Lima e Kinoshita, novos secretários de Desenvolvimento e Fazenda, eram da equipe de Paulo Guedes e ajudaram a editar a LC 173/2020, que roubou quase dois anos de tempo do funcionalismo para efeitos de quinquênios, sexta-parte e outros direitos.



Renato Feder, novo secretário da Educação paulista a partir de janeiro.

À frente do mesmo posto, no Paraná, comandou a terceirização em massa, a troca de professores por teleaulas, a privatização da gestão escolar e outras medidas.

Essa já ganhamos! Luta conquistou fim do confisco dos aposentados e pensionistas

Em 2022, o Sinteps somou forças com dezenas de entidades sindicais do funcionalismo paulista, que lutaram arduamente para derrubar a taxa extra que os/as aposentados/as e pensionistas autárquicos/as do estado vinham sofrendo desde março de 2020. Naquele mês, após a reforma da Previdência paulista, o então governador Doria baixou o Decreto nº 65.021, aumentando drasticamente a contribuição deste pessoal.

A luta deu frutos e a Assembleia Legislativa acabou aprovando, no final de outubro/2022, o fim do confisco a partir de janeiro/2023. Com isso, a contribuição volta a incidir somente no que exceder o teto do INSS (atualmente, R\$ 7.087,22).

A devolução dos valores confiscados de março/2020 a dezembro/2022 segue sendo bandeira de luta das entidades.




Foram mais dois anos de manifestações, tuitaços, cobranças sobre os parlamentares. Valeu a luta!

A proposta orçamentária do Sinteps para 2023 foi aprovada em assembleia geral ordinária, realizada na sede da entidade, em 16/12/2022.

A assembleia também aprovou o balanço financeiro e de gestão patrimonial de 2021, que podem ser conferidos no site (www.sinteps.org.br)

Proposta orçamentária do Sinteps para 2023

		Aptus Contabilidade e Auditoria Ltda			
SINTEPS – SINDICATOS DOS TRABALHADORES DO CEETEPS					
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA 2023 EXERCÍCIO 2022					
RECEITAS	MÊS BASE 10/2022	%	ANUAL	CORRIGIDO	
1.1 - MENSALIDADES 1.2 - JUROS DE APLICAÇÕES * 1.3 - IMPOSTO SINDICAL * 1.4 - RECEBIMENTO DE HONORÁRIOS (PARTE DO SINDICATO) *					
TOTAL DAS RECEITAS	107.750,13	100%	1.293.001,56	1.406.766,30	
DESPESAS					
2.1 – TRABALHO DE BASE	43.100,05	40%	517.200,62	562.706,52	
2.1.1 - REUNIÕES					
REUNIÃO DIRETORIA EXECUTIVA REUNIÃO PLANEJAMENTO (HOTEL + TRANSPORTE) REUNIÃO DE DIRETORIA REGIONAL REUNIÃO DE CONSELHO FISCAL REUNIÃO DO CONSELHO DIRETOR REUNIÃO COM ENTIDADES OUTRAS REUNIÕES					
2.1.2 - CONDUÇÕES					
TÁXI, UBER, METRÔ, ÔNIBUS MUNICIPAL					
2.1.3 - CONTRIBUIÇÕES					
DIEESE FORUM DAS 6 CUT FETE					
2.1.4 - VIAGENS					
PASSAGENS AÉREAS PASSAGENS TERRESTRES APLICATIVOS (BLA BLA CAR, UBER, APPDE COMPRA DE PASSAGENS)					
2.1.5 - ALIMENTAÇÃO					
NOTAS (RESTAURANTES, BARES, PIZZARIA, LANCHONETES, CANTINAS, IFOOD E AFINS)					
2.1.6 - HOSPEDAGEM					
NOTAS (HOTEIS, POUSADAS, HOSTEL E AFINS)					
2.1.8 - CURSOS E PALESTRAS					
2.1.9 - CONGRESSOS/SEMINÁRIOS/ENCONTROS					
2.1.10 - CULTURA/ESPORTE/LAZER/FESTA					
2.1.11 - PUBLICAÇÕES SINTEPS					
JORNAL CARTILHA BOLETIM FOLDER					
2.2 – SALÁRIOS, ENCARGOS, BENEFÍCIOS	26.937,53	25%	323.250,39	351.691,58	
2.3 – SERVIÇOS DE TERCEIROS	26.937,53	25%	323.250,39	351.691,58	
SUPRIMENTOS FILTRO DE ÁGUA MÁQUINAS XEROX ASSESSORIA JURÍDICA (MENSALIDADES, GUIAS DE PROCESSOS, CONTABILIDADE JURÍDICA) ASSESSORIA CONTABIL (MENSALIDADE, INECC) ASSESSORIA IMPRENSA ASSESSORIA DE IMAGEM ASSESSORIA DE INFORMÁTICA ASSESSORIA DE TELEFONIA ASSESSORIA DE SISTEMAS ASSESSORIA DE INTERNET E COMUNICAÇÃO					
2.4 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS	10.775,01	10%	129.300,16	140.676,63	
MATERIAL DE EXPEDIENTE TELEFONIA TAXAS BANCÁRIAS DESPESAS COM CARTÓRIO MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS COMPRA DE EQUIPAMENTOS COPA E COZINHA MATERIAIS DE LIMPEZA MANUTENÇÃO DOS IMÓVEIS TAXAS E CONTAS DOS IMÓVEIS IMPOSTOS DOS IMÓVEIS REFORMAS DOS IMÓVEIS					
TOTAL DAS DESPESAS	107.750,13	100%	1.293.001,56	1.406.766,30	
1) A correção anual foi calculada com base no IGPIM acumulado dos últimos 12 meses tendo como referência o mês de Outubro/2022					

Entidades apresentaram reivindicações à equipe de transição de Lula. Revogação da reforma do EM é uma delas

Centrais sindicais e entidades como o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) entregaram documentos à equipe de transição do governo Lula, contendo as principais demandas do funcionalismo público.

Assim como reivindicado ao futuro governo paulista (veja matéria na pág. 2), entre as reivindicações centrais estão o estabelecimento de uma mesa de negociação permanente; o respeito aos direitos dos/as servidores/as públicos/as e a garantia dos serviços públicos; contra a reforma administrativa e pela revogação das Reformas da Previdência, Trabalhista e do Ensino Médio, além da EC 95/2016, que impôs o 'teto de gastos'.

As entidades destacaram a necessidade de revogação de todos os ataques às categorias do funcionalismo público ocorridos durante o governo Bolsonaro (como os tempos congelados pela LC 173/2022). Sobre a PEC 32, que prevê a Reforma Administrativa, a equipe de transição destacou que já há o compromisso público do novo governo em arquivá-la.

Revogação da reforma do EM e defesa do emprego

Aprovada em 2016 pelo então governo Temer, sem nenhum debate com os trabalhadores da educação, entidades acadêmicas e sociedade, a reforma do Ensino Médio enfrentou muita resistência ao longo dos anos seguintes. O Sinteps uniu-se a entidades representativas de todo o país, em atos e manifestações, o que contribuiu para retardar a implementação das medidas previstas.

Paulatinamente, no entanto, a administração do Ceeteps,



ancorada nas regras impostas pela reforma, vem implantando, nas ETECs, cursos com menos horas de duração, currículos enxutos e conteúdo empobrecido, os chamados 'Novotec'. A cada ano, diminui a oferta do ensino técnico integrado ao médio de tempo integral (ETIM).

Em 2023, a luta do Sinteps em defesa do emprego e pela manutenção dos cursos vai prosseguir. A criação de jornada para a carreira docente (10, 20, 30 e 40h) é uma das principais reivindicações do Sindicato na revisão da carreira (veja matéria na pág. 1).

A expectativa do Sinteps e das entidades representativas da educação é que o novo governo federal abra o debate democrático sobre um modelo de ensino médio que esteja a serviço das necessidades da população e do desenvolvimento do país.

Siga nossas redes!



www.sinteps.org.br

